



Governo do Distrito Federal
Jardim Botânico de Brasília
Diretoria de Administração Geral
Gerência de Contratos e Convênios

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO Nº 0006/2024
Processo nº 00195-00000630/2024-57.

O **DISTRITO FEDERAL**, por meio do **JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA**, com sede na SMDB Área Especial Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília - Lago Sul, Brasília - DF, CEP 71.680-001, inscrito no CNPJ sob nº 03.161.750/0001-33, neste ato representado por **ALLAN FREIRE BARBOSA DA SILVA**, Diretor-Presidente, portador do RG nº 2.655.001 SSP/DF, CPF nº 733.230.201-20, na qualidade de CONTRATANTE, e a empresa **ECOSERRA INDUSTRIA DE SERRARIAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 18.670.295/0001-79, com sede na ST SB SEE Quadra 08 Lote 08 - Sobradinho, Brasília - DF, CEP 73.020-408, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **HEIDE ROSE BENDER KOHNERT SEIDLER**, brasileira, empresária, portadora do RG nº 1.281.590 SSP/DF, CPF nº 691.354.521-53, conforme atos constitutivos da empresa, na qualidade de representante legal, tendo em vista o que consta no Processo nº 00195-00000630/2024-57 em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de equipamentos e ferramentas para a montagem de uma serraria, visando melhorar o aproveitamento dos recursos florestais disponíveis deste Jardim Botânico de Brasília – JBB, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Documento de Oficialização de Demanda (141715403);

1.2.2. O Mapa de Riscos (141715523);

1.2.3. O Estudo Técnico Preliminar (141717968);

1.2.4. O Termo de Referência (146741240).

1.3. O Modo de disputa foi por dispensa de licitação, conforme inciso II, art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. Autorização de Dispensa (150568177).

CLÁUSULA SEGUNDA - Da vigência do Contrato e Prorrogação

2.1. O prazo de vigência do contrato de aquisição será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Garantia de Execução e Gestão Contratuais

3.1. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da

assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por:

3.1.1. caução em dinheiro;

3.1.2. títulos da dívida pública;

3.1.3. seguro garantia ou;

3.1.4. fiança bancária.

3.2. Os termos são os constantes do art. 96, parágrafo 1º, incisos I, II e III c/c art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - Do Regime de Execução

4.1. Os materiais da pretensa aquisição são itens de consumo e permanentes, adquiridos para suprir as demandas do Jardim Botânico de Brasília, de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, conforme art. 20 da Lei Federal nº 14.133, 1º de abril de 2021, e art. 73 do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023.

4.2. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, manutenção, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência (146741240).

CLÁUSULA QUINTA - Da Subcontratação

5.1. Será vedada a subcontratação, tendo em vista o vasto mercado consumidor apto a fornecer o objeto contratado, de modo que permissibilidade da hipótese incorreria em ofensa ao caráter competitivo da disputa pelo menor preço e em incentivo ao sistema burocrático, pela necessidade de gerar outros instrumentos contratuais e conseqüentemente outras atribuições à administração pública, em ofensa ao princípio da eficiência, consubstanciado no art. 37, caput, da CF/88.

CLÁUSULA SEXTA - Do Preço

6.1. O valor da aquisição é de R\$ 51.264,00 (cinquenta e um mil duzentos e sessenta e quatro reais), conforme proposta de orçamento (149607830), do fornecedor ganhador pela contratação direta, na modalidade de Dispensa de Licitação;

6.2. O pagamento será realizado em parcela única, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA;

6.3. A estimativa de preços foi elaborada segundo o Art. 23 da Lei 14.133/2021 c/c o Decreto Distrital nº 44.330/2023.

6.4. No valor acima, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da aquisição de equipamentos e ferramentas, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Garantia

7.1. Em conformidade com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), a CONTRATADA deverá prestar a "garantia legal" do fabricante, sendo de 30 (trinta) dias para produtos ou serviços não duráveis e 90 (noventa) dias para produtos ou serviços duráveis, contados a partir do recebimento dos produtos, conforme os prazos previstos no Art. 26 do referido Código;

7.1.1 A CONTRATADA se compromete a garantir a qualidade e conformidade dos produtos fornecidos no âmbito deste contrato, responsabilizando-se pela reparação de eventuais vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo.

7.2. Caso o vício não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias, conforme disposto no Art. 18 do CDC, o CONTRATANTE poderá exigir, alternativamente e à sua escolha:

- 7.2.1. a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;
- 7.2.2. a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada;
- 7.2.3. o abatimento proporcional do preço.

CLÁUSULA OITAVA - Da Dotação Orçamentária

8.1. A despesa decorrente do presente Contrato correrá à conta da dotação orçamentária do Jardim Botânico de Brasília (145177455), tendo adequação com a Lei Orçamentária Anual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, e com o Plano Plurianual.

I – Unidade Gestora: 150106.

II - Unidade Orçamentária: 21.106.

III – Programa de Trabalho: 18.541.6210.3467.9668.

IV – Natureza da Despesa: 4.4.90.52.

VI - ID: 6 (EP).

VII – Subitem: 38.

VIII – Fonte de Recursos: 100.

CLÁUSULA NONA - Das Condições de Pagamento

9.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que o documento de cobrança contenha todos os dados necessários, tais como nome da empresa, CNPJ, número da Nota de Empenho, dados bancários do fornecedor e descrição do objeto fornecido.

9.2. Para que seja efetivado o pagamento, deverá ser verificada a regularidade da empresa perante à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), a Receita Federal do Brasil, a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas ou em situação irregular.

9.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.4. O pagamento somente será autorizado após os seguintes procedimentos:

9.4.1. Recebimento provisório e definitivo do objeto;

9.4.2. Atesto da nota fiscal;

9.4.3. Relatório de Execução Contratual.

9.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de entrega ou liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

9.6. Caso se constate o descumprimento de obrigações contratuais ou de manutenção das condições exigidas para pagamento poderá ser concedido um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

9.7. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

9.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.10. Decorridos 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

9.10.1. O pagamento será efetuado de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira prevista no Decreto Distrital nº 32.598/2010 e alterações posteriores;

9.10.2. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB, de acordo com o Decreto Distrital nº 32.767/2011;

9.10.3. As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada pagamento, declaração em duas vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Alteração Contratual

10.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 132 da Lei nº 14.133/2021, vedada a modificação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Obrigações do Contratante

11.1. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada.

11.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes, que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto.

11.3. Receber o material, conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura, desde que atendidas todas as exigências e especificações constantes no termo de referência (146741240).

11.4. Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

11.5. Designar servidor ou comissão de servidores para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do contrato, assim como para atestar a execução do objeto.

11.6. Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente instrumento, no Termo de Referência (146741240) e demais documentações que integram esse ajuste, exercendo a fiscalização do fornecimento do objeto.

11.7. Informar à CONTRATADA, oficialmente, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

11.8. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do CONTRATANTE.

11.9. Responder pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

11.10. Aplicar as sanções previstas no termo de referência (146741240), assegurando à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Das Obrigações da Contratada

12.1. Manter, durante a execução do contrato de aquisição, todas as condições de habilitação exigidas no termo de referência (146741240), além de sujeitar-se a outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) que sejam compatíveis com o regime de Direito Público.

12.2. Acatar as recomendações e solicitações efetuadas pela fiscalização, referentes a ajustes atinentes ao atendimento desta contratação de aquisição, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas no material, objeto deste instrumento.

12.3. Zelar pelo sigilo e pela segurança das informações a que tiver acesso, em decorrência da execução contratual.

12.4. Não utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.

12.5. Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas que eventualmente lhe

sejam aplicadas por meio de procedimentos administrativos, decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais.

12.6. Comunicar formalmente o CONTRATANTE quando verificar quaisquer condições inadequadas ao fornecimento ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato.

12.7. Fornecer ao CONTRATANTE todas as informações que este considere necessárias à fiel execução de suas obrigações contratuais, bem como àquelas essenciais ao desempenho e à confiabilidade do objeto contratado.

12.8. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais que forem causados por seus representantes, inclusive por omissão destes, ao CONTRATANTE ou a terceiros, nas dependências do CONTRATANTE, ou local de execução dos serviços;

12.9. Indicar formalmente o preposto, visando estabelecimento de contatos com o CONTRATADO durante a vigência do contrato;

12.10. Responsabilizar-se pela segurança do prestador de serviço diretamente envolvido na execução dos serviços;

12.10.1. Em virtude da natureza dos objetos da contratação de aquisição, não haverá obrigação do contratado quanto à execução de logística reversa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Da Fiscalização

13.1. Caberá ao executor ou comissão executora do contrato o acompanhamento e fiscalização do fornecimento do material, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, em conformidade com o art. 117 c/c 140, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização do CONTRATANTE determinar as medidas necessárias e imprescindíveis nesta aquisição, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas.

13.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119, da Lei nº 14.133/2021.

13.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização do objeto deverão ser tomadas pela autoridade competente da DPDF em tempo hábil para a adoção das medidas pertinentes.

13.5. Os servidores indicados deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

13.6. A ação de fiscalização não reduzirá a total responsabilidade da CONTRATADA por eventuais erros ou omissões das quais decorram prejuízos ao contratante ou a terceiros.

13.7. A execução do objeto contratado pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

13.7.1. FISCAL DO CONTRATO: é o servidor, ou comissão de servidores, designados pelo CONTRATANTE, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento definitivo do objeto;

13.7.2. PREPOSTO: funcionário representante da empresa CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e por atuar como interlocutor principal perante o CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Da Extinção do Contrato

14.1. A extinção do contrato, conforme art. 138, da Lei nº 14.133/2021, poderá ser:

14.1.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.1.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

14.1.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.2. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser

precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo, conforme § 1º do art. 138, da Lei nº 14.133/2021.

14.3. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, conforme § 2º do art. 138, da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

14.3.1. devolução da garantia;

14.3.2. pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

14.3.3. pagamento do custo da desmobilização.

14.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, conforme art. 139, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

14.5. Execução da garantia contratual para:

I - Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

II - Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

III - Pagamento das multas devidas à Administração Pública;

IV - Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

V - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

14.6. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 deverão ser notificados pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.7. O CONTRATO será extinto por decisão motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações, nos termos do art.137, da Lei nº 14.133/2021:

14.7.1. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

14.7.2. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

14.7.3. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

14.7.4. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

14.7.5. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

14.7.6. atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

14.7.7. atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

14.7.8. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.

14.8. A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses, nos termos do parágrafo §3º do art.137, da Lei nº 14.133/2021:

14.8.1. supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art.125 da Lei nº 14.133/2021;

14.8.2. suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

14.8.3. repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

14.8.4. atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

14.8.5. não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

14.9. As hipóteses de extinção a que se referem os itens 14.8.2, 14.8.3 e 14.8.4 observarão as seguintes disposições, conforme parágrafo §2º do art. 137 da Lei nº 14.133/2021:

14.9.1. não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

14.9.2. assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d", do inciso II do caput, do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Das Sanções Administrativas

15.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, bem como, as demais legislações pertinentes em decorrência de inadimplemento contratual.

15.2. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas infrações contidas no art. 155, incisos de I a XII, da Lei 14.133/2021, quais sejam:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação da aquisição, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa, exigida durante a licitação, a execução do contrato ou entrega de material;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.3. Das Espécies de Sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.4. A sanção prevista no inciso I, dar-se-á quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021).

15.5. A sanção apresentada no inciso II, será calculada nos termos do §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 15.2.

15.6. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,50% - por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 1% - por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% - sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% - em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - Até 30% sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do

contrato, exceto prazo de entrega.

15.7. Quanto a sanção do inciso III, será aplicada quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem 15.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021).

15.8. A respeito da sanção presente no inciso IV, será aplicada quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem 15.2, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

15.9. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 15.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, Lei nº 14.133/2021).

15.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.10.1. A aplicação das sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

15.10.2. Na aplicação da sanção do inciso I, do subitem 15.3, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

15.10.3. A aplicação das sanções dos incisos III e IV, do subitem 15.3, requererá a instauração de processo de responsabilização, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

15.10.4. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Do Registro e Publicação

16.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela CONTRATANTE, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na Imprensa Oficial, até o 20º (vigésimo) dia útil contado da data de sua assinatura, conforme Art. 94, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Do Foro

17.1. Fica eleito o foro de Brasília/Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento da presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Do Combate à Corrupção

18.1. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Dos Casos Omissos

19.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

Pelo Distrito Federal:

ALLAN FREIRE BARBOSA DA SILVA
Diretor-Presidente

Pela Contratada:
HEIDE ROSE BENDER KOHNERT SEIDLER
Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **Heide Rose Bender Kohnert Seidler, Usuário Externo**, em 26/09/2024, às 21:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALLAN FREIRE BARBOSA DA SILVA - Matr. 0282756-5, Diretor(a)-Presidente**, em 27/09/2024, às 09:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=151983575)
verificador= **151983575** código CRC= **1E591DB2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Área Especial SMDB - Setor de Mansões Dom Bosco - Bairro Lago sul - CEP 71.680-001 -
Telefone(s):
Sítio - www.jardimbotanico.df.gov.br